

FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO

RODRIGO NOBREGA DE ALMEIDA

**O ESTUDO DO MAL A PARTIR DO PENSAMENTO CRISTÃO E
ANTI-MANIQUEU DE AGOSTINHO DE HIPONA**

SÃO PAULO

2020

RODRIGO NOBREGA DE ALMEIDA

**O ESTUDO DO MAL A PARTIR DO PENSAMENTO CRISTÃO E
ANTI-MANIQUEU DE AGOSTINHO DE HIPONA**

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
FAESP – Faculdade Evangélica de São Paulo como
parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel
em Teologia, sob orientação do Prof.Esp.Rodrigo
Urcino.

SÃO PAULO

2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO - FAESP

N754o – Nóbrega, Rodrigo de Almeida

.48 p. : il. ; 30 cm.

TCC (Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Teologia)
– Faculdade Evangélica de São Paulo, São Paulo, 2020
Orientador Prof. Esp. Rodrigo Urcino

Bibliografia:

1. Doutrina. 2. Agostinho. 3. Livre-arbítrio. 4. Criação. 5. Mal. 6. Maniqueísmo. 7. Nihilismo

I. Rodrigo Nóbrega de Almeida. II. Título: O estudo do mal a partir do pensamento cristão e anti-maniqueu de Agostinho de Hipona

CDD 230

RODRIGO NOBREGA DE ALMEIDA

Avaliação: _____

**O ESTUDO DO MAL A PARTIR DO PENSAMENTO CRISTÃO E
ANTI-MANIQUEU DE AGOSTINHO DE HIPONA**

Trabalho de conclusão de curso (TCC), apresentado a FAESP – Faculdade Evangélica de São Paulo, para fins de titulação de Bacharel em Teologia, aprovado pelos seguintes professores:

Prof. Esp. Rodrigo Urcino
FAESP
Orientador

Dedico este trabalho aos meus amados pais,
Mauricio e Iracema, meus grandes incentivadores.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter proporcionado tudo o que eu precisava para estudar Teologia, tendo a oportunidade e privilégio de viver experiências e aprendizados inefáveis.

À FAESP, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro diante de mim, um horizonte superior, eivado pela confiança e ética aqui presente.

Em especial ao meu orientador **Prof. Rodrigo Urcino** pelas orientações iniciais, pelo suporte e pela revisão teórica final. A **Profª. Amélia Lemos** pelas orientações metodológicas, suporte e revisão metodológica final. Aos **professores Rogério Lima e Valdeci Odilon** pela dedicação, amizade e incentivo no decorrer do curso.

Aos amigos de classe pela alegria, troca de informações, debates teológicos e vivência ímpar durante estes últimos cinco anos, no quais destaco: **Ev. Leandro Lavras, Cláudio Albuquerque, Pr. Antônio Lauro e Pb. Michel.**

Aos amigos **Pr. Agnaldo Alves, Akemi Morishita, Priscylla Griebeler, Millena Correia, Rafael Vacarelli e Amanda França, Monique Guimarães e Lucas Moraes** que merecem destaque e atenção neste tempo em que me dediquei à Teologia.

Sou grato à minha família, meus pais Mauricio e Iracema, meu irmão Ricardo e sua esposa Angélica, por demonstrar um enorme carinho e incentivo nesta trajetória.

À igreja AD Missão Pentecostal, igreja da qual sou presbítero e líder do ministério de ensino, aos obreiros, membros, obrigado pelo carinho, oração e compreensão, esta vitória não é apenas minha, mas nossa!

Ao Todo-Poderoso Senhor Jesus Cristo por ter me dado tudo o que eu tenho mediante a sua infinita misericórdia e agindo com liberalidade na vida deste simples e humilde pecador.

A medida do Amor é amar sem medidas

Agostinho de Hipona.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a doutrina maniqueísta dualista ontológica do Bem e do Mal à luz do pensamento cristão de Santo Agostinho sobre o problema do mal, como refletir sobre questionamentos sobre a origem do mal e se Deus é o autor deste mal. O estudo a partir do maniqueísmo é importante, pois apesar de ser uma religião praticamente morta, seus pensamentos estão vivos, sendo comum ouvirmos cristãos que acreditam na existência do Mal como substância. Por este motivo, dividimos o trabalho em cinco partes. A introdução tem como abordagem mostrar a fundamentação teórica da pesquisa, com a devida justificativa, problematização e objetivos geral e específico, mostrando a importância do tema proposto. No primeiro capítulo, é abordada uma pequena biografia de Agostinho com foco na sua vivência com o maniqueísmo. No segundo capítulo, são apresentados os dados históricos do maniqueísmo e suas principais doutrinas com foco na ontologia dualista do Bem e do Mal. No terceiro capítulo, o foco é o desenvolvimento dos conceitos cristãos principais de Agostinho sobre o problema do mal. No quarto e último capítulo, são abordados os conceitos cristãos do problema do mal de forma aplicada, analisamos os conceitos utilizados por Agostinho para a refutação da doutrina maniqueísta. Nas considerações finais, são traçadas, pelo pesquisador, sínteses para responder que o pensamento maniqueu não possui argumentação suficiente para ser aceito mediante as doutrinas cristãs e o pensamento agostiniano.

Abstract

This work aims to analyze a dualistic ontological doctrine of Good and Evil in the light of St. Augustine's Christian thought on the problem of evil, how to reflect on questions about the origin of evil and whether God is the author of this evil. The study begins with important Manichaeism, because despite being a nearly dead religion, his thoughts are alive, and it is common to hear Christians who believe in the occurrence of Evil as a substance. For this reason we divide or work in five parts. The introduction of how to approach shows the theoretical foundation of the research, with a specific justification, problematization and general and specific objectives, showing the importance of the proposed theme. In the first chapter, a short biography of Augustine is addressed, focusing on his experience with mania. In the second chapter, historical management data and its main doctrines are presented, focusing on the dualistic ontology of Good and Evil. In the third chapter, the focus is on the development of Augustine's main concepts on the problem of evil. In the fourth and last chapter, Christian concepts on the problem are applied, analyzed or concepts used by Augustine to refute the Manichaean doctrine. In the final remarks, syntheses are tracked by the researcher to answer questions that are not presented as sufficient arguments to be accepted using Christian doctrines and Augustinian thought.

Sumário

Introdução	11
1. Biografia	14
2. Maniqueísmo	17
2.1. Fontes maniqueias	17
2.2. Mani e o nascimento do maniqueísmo	18
2.3. A origem dos princípios	211
2.4. Moral maniqueia	266
3. Conceitos essenciais	288
3.1 A criação ex nihilo	288
3.2 A criação dos seres intelectuais	300
3.3 Inteligência, Vontade e livre-arbítrio	32
3.4 Diferença entre mal moral e mal comum	36
3.5. A origem do Mal	39
4. Refutação de Agostinho a doutrina do mal maniqueísta	40
4.1. Contradição dos maniqueus	433
Considerações finais	455
Referências bibliográficas	47

Introdução

O que é o bem? O que é o mal? De onde provêm todo o mal que conhecemos? Estes questionamentos sempre foram e continuarão sendo temas de importantes debates no âmbito teológico-filosófico. Agostinho de Hipona (354-430) o doutor da Igreja Católica em sua juventude também partilhava das mesmas indagações, poderia ser Deus o criador de todos os males morais da humanidade? Nas confissões, Agostinho mostra toda a sua amargura:

Mas de novo refletia: “Quem me criou? Não foi o meu Deus, que é bom, e é também a mesma bondade? Donde me veio, então querer eu o mal e não querer o bem? Seria para que houvesse motivo de eu justamente ser castigado? Quem colocou em mim e quem semeou em mim este viveiro de amarguras, sendo eu inteira criação do meu Deus tão amoroso? (Santo Agostinho, p.156)

Na busca constante por respostas, Agostinho, por 9 anos de sua vida, participa da religião maniquéia. Religião de origem persa, fundada por Mani que tinha, como principal doutrina, a ontologia dualista do Bem e do Mal. Seu profeta fundador havia passado por diversas experiências religiosas, conheceu diversas religiões orientais e teve contato com as doutrinas judaico-cristãs. Sendo ele o escolhido de Deus, o paráclito que revelaria todas as verdades ocultas, aos 26 anos, inicia seu ministério e começa a propagar suas ideias.

A principal doutrina maniquéia consistia na revelação da origem do Mal moral no mundo e nas criaturas. Partindo de uma ideia dualista, Mani explica através, de um mito, a origem dos princípios. O mito relata a história de dois reinos: o reino da Luz e das Trevas. Ambos existiam e não conheciam um ao outro. Mas, certo dia, após um espetáculo no Reino da Luz, o Reino das Trevas toma conhecimento da Luz e, tomado por inveja, resolve atacar o outro Reino. A partir deste momento, teremos vários combates de emanações do Reino da Luz, representada pelo Pai das Grandezas que é o Senhor do Reino contra o Príncipe da Trevas, líder supremo do Reino das Trevas,

É importante salientar que, dentro deste contexto, temos uma doutrina ontológica, a existência de dois tipos de substância: o Bem e o Mal. Ambas substâncias possuem poder. Neste caso, os poderes são de mesma ordem e equivalência, sendo que o Bem é representado pelas partículas de Luz e o Mal representado pelas partículas de matéria. Na continuação deste mito, Mani desenvolve um sistema completo de doutrinas, que possui aspectos cosmológico, soteriológico e materialistas.

Destacando com maior precisão a componente ontológica da doutrina maniqueísta, temos exatamente uma forma interessante de trabalhar a origem do Mal. Mediante a doutrina dualista, ambas substâncias existem, ou seja, um dos principais problemas parece estar resolvido, Deus não seria o autor do Mal, mas segundo os maniqueus, o Mal sempre existiu. Ao isentar Deus de ser o Criador do Mal, a doutrina maniqueísta conseguiu conquistar muitos adeptos, pois dizia proporcionar uma explicação possível ao problema do Mal.

Durante os nove anos que participou do maniqueísmo, a mente brilhante de Agostinho nunca deixou de pensar e questionar sobre o tema, e muitas dúvidas sobre o maniqueísmo surgiam, a ponto de os mestres maniqueus não poderem mais responder a seus questionamentos. O historiador Justo Gonzalez (2011, p.208) atesta que foi no encontro com Fausto, o maior mestre maniqueu de sua época, que Agostinho se decepciona com a religião, pois Fausto não podia responder suas perguntas de forma satisfatória.

Anos após sua saída do maniqueísmo, após passar pelo neoplatonismo, ao ouvir as mensagens de Ambrósio na cidade de Milão, Agostinho começa a valorizar as Escrituras Sagradas. Assim que se converte ao Cristianismo, decide largar a profissão de professor de retórica e se dedicar à vida contemplativa. Agostinho irá se tornar bispo de Hipona e, em toda a sua carreira cristã, será conhecido como doutor da Igreja, combatendo diversas heresias, entre elas, o próprio maniqueísmo.

O presente trabalho tem o objetivo de expor as ideias agostinianas que combatem o maniqueísmo. Agostinho tem, como base, o pressuposto cristão de que Deus é o Criador de todas as coisas, sendo apresentado como o Sumo Bem, imutável, eterno e imortal. DEle procede todas as coisas, criadas a partir do nada, de matéria informe, contrariando qualquer tipo de emanção presente na doutrina maniqueísta.

A criatura que foi feita a partir do nada, diferentemente do próprio Deus, é mutável, sujeita a modificações. Agostinho irá definir a partir das Escrituras que tudo o que Deus criou é bom, não podendo ser resultante dEle a criação do mal moral que existe em nosso mundo. No desenvolvimento dos seus argumentos, iremos estudar o conceito de vontade, vontade que está presente em todos os seres racionais.

A vontade dada por Deus aos seres racionais é chamada de um bem intermediário, pois como ela é livre para fazer suas escolhas, este bem pode escolher se aproximar do seu criador ou se afastar do mesmo. Mediante as escolhas dos seres intelectuais e racionais, podemos observar a origem do mal moral.

A pressuposição maior é que a natureza destes seres intelectuais são boas, pelo simples fato de terem sido criados por Deus, o mal estaria na corrupção destas naturezas, a corrupção

ou o vício da natureza no pensamento agostiniano só pode ser descrito mediante a privação de ser, ou seja, para que seja impresso o mal, é necessário que exista o bem e, neste caso, que este bem não seja usado da maneira que foi criado para ser. No decorrer do estudo, apontaremos o caminho de Agostinho para o mal como privação, neste caso o mal não teria causa eficiente, mas uma causa deficiente.

Todos os conceitos desenvolvidos por Agostinho em referência à natureza do Bem e a sua corrupção serão contrastados com as doutrinas maniqueísta que defendem a ontologia do mal, estabelecendo uma apologia do pensamento cristão em relação ao maniqueu.

1. Biografia

Segundo, Justo Gonzalez (2011, p. 206), Agostinho nasceu em 354 d.C., na cidade de Tagaste, no norte da África. Seu pai era um oficial romano pagão, enquanto sua mãe Mônica era uma cristã fervorosa. O historiador relata que seus pais fizeram o possível para oferecer a melhor educação disponível quando descobriram a inteligência de seu filho. Brown (2017, p.25) destaca que para se obter um lugar de destaque nas cidades romanas, Agostinho deveria ser livre e civilizado, não precisando ser herdeiros de posses. Por este motivo, seu pai Patrício dispôs-se a apertar os cintos para poder oferecer uma instrução digna ao seu filho na cidade-universitária de Madaura.

Gonzalez (2011, p.206) retrata que, aos 17 anos, o jovem Agostinho é enviado para a cidade de Madaura e, após um ano, deslocou-se para a cidade de Cartago, centro político, econômico e cultural da África de fala latina. Neste local, centralizou seus estudos na área da retórica. Nesta cidade africana, também conheceu uma mulher que passou a ser sua concubina e mãe de seu filho Adeodato.

Nas suas confissões, Agostinho (2015, p.68) diz: “Segundo o programado curso, cheguei ao livro de Cícero, cuja linguagem, mais do que o coração, quase todos louvam. Esse livro contém uma exortação ao estudo da filosofia. Chama-se Hortênsio. Ele mudou o alvo das minhas afeições...”. O curso de retórica, abordava apenas com o treinamento da fala, do bom discurso, não havia preocupação com a verdade, o programa do curso tinha como leitura, uma das obras do grande pensador romano Cícero que, além de ter sido um grande orador, era filósofo e, ao ler esta obra, Agostinho identificou não só a presença de uma retórica irretocável, mas uma exortação, um estímulo ao estudo da filosofia, a busca pela verdade, que como o próprio Agostinho disse que isto mudou o rumo de suas afeições.

Nesta busca pela verdade, Brown (2017, p.57) destaca o encontro do jovem pensador com a religião maniqueia. Por nove anos Agostinho foi ouvinte deste grupo, logo passou a julgar ser a nova religião a única a poder responder à pergunta filosófica que o atormentava “Qual é a causa de praticarmos o mal? Neste intervalo de tempo, Agostinho (2015, p.70), descreve que buscou, nas Escrituras Sagradas, as respostas para as suas dúvidas, mas por não encontrar uma boa retórica nos escritos, e pelo contrário, a simplicidade da Bíblia feria seu orgulho a ponto de não encontrar nela a verdade.

A religião de origem persa, fundada por Mani, era baseada no dualismo ontológico entre o bem e o mal. Gonzalez (2011, p.208), ao descrever detalhes sobre a religião maniqueia, destaca que a propaganda dos maniqueus consistia em ridicularizar a religião

cristã e a linguagem primitiva de seu livro sagrado. O historiador destaca que provavelmente Agostinho se tornara apenas um ouvinte desta religião, não ascendendo à classe dos perfeitos. Sua mente brilhante, expressava muitas dúvidas a ponto de os mestres maniqueus não poderem respondê-las de forma satisfatória. Mediante este fato, os mestres sempre mantinham a promessa de que Fausto, o grande sábio do maniqueísmo, poderia respondê-lo. Foi no encontro com o grande mestre do maniqueísmo, que Agostinho percebeu que a religião não podia lhe dar uma resposta convincente e que Fausto não passava de mais um mestre maniqueu, que não acrescentava nenhum tipo de conhecimento superior, era uma farsa e por isto, deixa tudo para trás e vai tentar a sorte na cidade de Roma, procurando logo se encaminhar para Milão, onde havia uma vaga de professor de retórica. Em Milão, Agostinho se torna neoplatônico.

Ao descrever o tempo em que esteve em Milão, Agostinho (2015, p.124) narra seu encontro com Ambrósio, o famoso bispo daquela cidade, um homem extremamente eloquente, capacitado na arte da retórica. Agostinho passa a ouvir seus sermões apenas preocupado em adquirir conhecimentos que alimentassem a sua retórica, sem preocupar-se com a mensagem propriamente dita; entretanto, o conteúdo da palavra de Deus, gradativamente proferido pelo bispo, encontrava seu discernimento.

Gonzalez (2011, p.208) destaca que as dúvidas que Agostinho tinha sobre a linguagem simples da Bíblia, se dissipavam à medida que ouvia o método de interpretação alegórico de Ambrósio. Com esta nova ferramenta, podia enxergar o valor e a riqueza das Escrituras. Agora que valorizava as literaturas sagradas, estava pronto para se tornar um cristão, todavia tinha em mente que para se tornar um cristão verdadeiro, deveria abandonar sua carreira de professor de retórica e as ambições pelos prazeres carnavais e sensuais.

Gonzalez (2011, p.207) narra a conversão de Agostinho que ocorreu sobre a grade do jardim de Milão, impulsionada pelas palavras de um homem que buscava, em Deus, o poder para vencer a luta consigo mesmo e depois, de muita reflexão, decide se dedicar totalmente à vida contemplativa e se torna um cristão fervoroso, assim como sua mãe. No decorrer de sua trajetória na cristandade, passa a ser conhecido como Santo Agostinho.

Conforme Brown (2017, P,168, 171), na primavera de 391 d.C., Agostinho chega à cidade de Hipona, procurava um lugar para instalar um mosteiro e assim se dedicar as escrituras. Um homem que está beirando a meia-idade, dedicado ao cristianismo, o separa para o bispado. Ele descreve, em um de seus discursos à congregação, que não tinha nenhum tipo de vontade de se tornar bispo, pelo contrário se sentia tranquilo na cidade, pois Hipona já possuía um bispo, mas conforme suas palavras: “Fui agarrado”, ou seja, se tornou padre e

logo, Valério ordena-o bispo de Hipona contra a sua própria vontade. Agostinho, no decorrer da sua vida cristã, foi considerado o grande teólogo da igreja ocidental, defendendo o evangelho de muitas heresias, destacando-se suas defesas contra: o maniqueísmo, donatismo e o pelagianismo. Brown (2017, p.540) data a morte de Agostinho no dia 28 de agosto de 430.

2. Maniqueísmo

2.1. Fontes maniqueias

Rubio (2008, p.19) descreve que a religião maniqueia, tanto no Oriente como no Ocidente, foi uma religião duramente perseguida, de modo que seus livros eram procurados a fim de serem jogados no fogo. Desta forma, as fontes maniqueias conservadas, podem constituir apenas alguns fragmentos do que um dia pode ter existido. Estas fontes maniqueias disponíveis para o estudo podem ser divididas em categorias genéricas: maniqueias e não maniqueias.

Ainda, conforme Rubio (2008, p.20), as fontes maniqueias refletem uma perspectiva interna, a outra categoria compreende os escritos de autores estrangeiros a religião que possuem um pensamento crítico, muitas vezes escritas, por adversários da religião maniqueia.

Costa (2003, p.17-19) indica exatamente que as primeiras fontes de estudo do maniqueísmo são conhecidas como documentação indireta, pelo fato de não serem documentos originais, mas apenas fragmentos ou interpretações dos heresiólogos. Mesmo sendo fontes que, muitas vezes, trazem interpretações distorcidas, devido ao pressuposto do heresiólogo, são de extrema importância para os estudos sobre o maniqueísmo, pois foram as primeiras fontes que chegaram até nós. Destas fontes, nasceram as primeiras interpretações do maniqueísmo, as quais podem ser classificadas em seis tipos: fontes gregas, latinas, síriacas, islâmicas, zoroastras e armênias.

As fontes de origem direta ou primária, segundo Costa (2003, p.20), são descobertas a partir do século XIX, estes documentos permitiram novas interpretações do fenômeno maniqueu. As descobertas predominaram em três regiões: China, Argélia e Egito.

2.2. Mani e o nascimento do maniqueísmo

Rubio (2008, p.37), descreve a religião maniqueia como obra de um indivíduo real, este se chamado de Mani, que escreveu sobre a sua vida e seus escritos trazem uma autobiografia. Os dados sobre a vida do fundador do maniqueísmo podem ser encontrados por fontes maniqueias e pelas obras dos cristãos heresiólogos e polígrafos muçulmanos.

Segundo Rubio (2008, p.39), a passagem do *Sabuhrgan*, escrito pelo próprio fundador do maniqueísmo, descreve que o grande profeta maniqueu nasceu no ano de 216 d.C., distrito de Mardinu, sudeste de Selêucida-Ctesifonte, na margem oriental do rio Tigre. As fontes maniqueias *Kephalaia* e o compêndio chinês introduzem uma melhor precisão nos dados, informando que Mani nasceu exatamente no dia 8 de Nisã (14 de abril).

É interessante ressaltar que Mani nasceu numa época de conflitos sociopolíticos, Rubio (2008, p.37-39) descreve que a dinastia Pártia é derrotada por Ardasir em 224 d.C., assumindo, o poder do Irã, a dinastia nacional Sasánidas. Após período de conflitos com persas e romanos, os sasánidas governaram o império Persa, de forma unificada sobre um território expandido, tornando o Irã uma região crucial para o comércio internacional, possibilitando o intercâmbio com outros impérios asiáticos como Kusan e China. Desta forma, várias cidades da Mesopotâmia se tornaram cosmopolitas, possibilitando o encontro de várias culturas e ideias de práticas religiosas. A religião professada pelo império era o mazdeísmo, mas a cidade cosmopolita do Irã era representada por grandes religiões como: judaísmo, zoroastrismo, cristianismo, gnosticismo, mandeísmo, budismo e hinduísmo.

Costa (2003, p.26) relata alguns dados sobre as origens familiares de Mani, de forma distinta de suas informações pessoais. Estes dados não se encontram nos escritos de Mani, mas nos escritos de seus seguidores:

[...] no Codex Maniqueísta de Colônia, onde segundo Michel Tardieu, os maniqueus embelezaram a história de seus pais, fazendo uma analogia com a história de Jesus, uma vez que consideravam Mani como o profeta enviado por Cristo. Assim sendo, ao seu pai, Pattikios (forma grega do iraniano Pattig ou Patteg, deram uma descendência nobre, como fazendo parte da linhagem dos Arsácides, a exemplo de José que era proclamado descendente da antiga família real de Israel [...] Igualmente por analogia cristianizante deram à mãe de Mani o nome da mãe de Jesus: Maryam. (COSTA, 2003, p.26-27).

Segundo, Rubio (2008, p.41), o Fihrist, polígrafo árabe an-Nadim conta que quando a mãe de Mani se encontrava grávida, Pattik teve uma experiência religiosa, uma voz, que procedia de um santuário, ordenava a abstenção de carne, vinho e relações sexuais. Depois da

experiência, resolveu mudar de religião, aderindo ao grupo de *mughtasilas*. Tardieu descreve alguns preceitos da religião dos *mughtassilamitas*:

O que parece ter sido específico para o movimento Mughtasila é seu código de cumprimento da dieta. Além de proibir o consumo de bebidas fermentadas e carne, dividiu os alimentos em duas categorias com base em critérios sociais. Pão judeu (ou seja, o pão fabricado localmente de era permitido aos pobres), mas o pão grego (o pão de origem estrangeira e dos ricos) foi proibido. Legumes das hortas da comunidade, considerados essencialmente masculinos, eram permitidos; os mesmos vegetais provenientes de fora da comunidade e, portanto, considerados essencialmente femininos eram proibidos. Todo vegetal masculino tinha que ser "batizado" lavado e ritualmente abençoado, antes de ser comido. (TARDIEU, 2008 p.5, tradução nossa¹)

Ainda, segundo Rubio (2008, p.44-47), Mani permanece na comunidade de seu pai cerca de duas décadas, aproximadamente dos 4 aos 24 anos. Provavelmente, esta religião influenciou o pensamento do jovem que recebera elementos de profetologia, cristologia, apocaliptismo e encratismo. Mani se mostra conhecedor dos escritos judaicos e também dos cristãos. Isto pode ser observado na importância que ele dá a Jesus Cristo, pois finalmente tem contato com os pensamentos de Marcião² que lhe influencia em rechaçar as escrituras judaicas (*Tanah*) e um caráter corrupto e híbrido das Escrituras Cristãs. Outras possíveis influências são o zoroastrismo e budismo.

Costa descreve que, aos 12 anos de idade, Mani teve a primeira aparição de um mensageiro do reino da Luz, o anjo portador da revelação:

“O paraclito vivo desce até mim e falou-me” (Kehp., 1). Assim, segundo Michel Tardieu, por analogia cristianizante nos evangelhos apócrifos do apóstolo Tomás, o anjo mensageiro seria o próprio Jesus, que viria anunciar a Boa-nova ao seu irmão gêmeo, Mani – o Paraclito, considerando-se que para os maniqueus, Mani era o enviado por Cristo. (COSTA, 2003, p.26-27).

No evangelho de João 14.16, Jesus profere as seguintes palavras: “Mas aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas e

¹ What appears to have been specific to the Mughtasila movement is its code of dietary observance. In addition to prohibiting the consumption of fermented beverages and meat, it divided foods into two categories based on social criteria. Jewish bread (that is, the locally made bread of the poor) was permitted, but Greek bread (the bread of foreigners and the rich) was forbidden. Vegetables from the gardens of the community, regarded as being essentially male, were allowed; the same vegetables coming from outside the community, and so considered to be essentially female, were disallowed. Every male vegetable had to be "baptized" washed and ritually blessed-before being eaten.

² Marcião, ou Márcio, foi criado em Sinope, no Ponto, onde, pelo que se sabe, seu pai foi bispo, e ele chegou a ser próspero construtor naval. Foi professor na Ásia Menor, provavelmente nas primeiras décadas do século II, antes de ir para Roma. A rejeição de seu ensino pelos líderes dos principais centros cristãos o levou a estabelecer uma igreja rival, que em poucos anos, estava quase tão espalhada quanto a grande Igreja cristã. Marcião é mais conhecido por sua obra sobre o texto e o cânon da Bíblia (ver Escritura*). Rejeitando o AT como parte do cânon cristão, organizou o primeiro cânon do NT mais conhecido, composto de uma versão abreviada do evangelho de Lucas e dez cartas paulinas já editadas (faltando as pastorais). Suas opiniões teológicas foram expostas em sua obra *Antítese*, em que, ao que consta, apresentava contradições entre o AT e NT.

vos fará lembrar de tudo quanto tenho dito”. Neste, e em outros textos, Jesus faz uma promessa de enviar o “paráclito”. Segundo Pearlman (2009, p.284), paráclito seria alguém chamado para ficar ao lado de outrem, com o propósito de ajudá-lo. No texto do evangelho de João, Jesus consola seus discípulos com a promessa de um conselheiro que seria o defensor, ajudador e instrutor dos seus discípulos em sua ausência. Baseado nesta promessa, os seguidores de Mani, encarregavam-lhe desta missão, Mani era o paráclito enviado por Cristo, ou seja, de sua boca as verdades ocultas seriam reveladas.

Doze anos após a primeira aparição, Costa (2003, p.35-36) relata a segunda aparição do mensageiro que trazia a Mani a missão da proclamação da verdade. Dois anos depois, aos 26 anos de idade, o fundador maniqueu se conscientiza de sua missão e passa de maneira prática a propagar suas ideias, até ser expulso da Babilônia pelo rei persa Shâúur I, adepto da religião de Mazda. A partir de então, percorre por países da Ásia, na Índia e China, mantendo contato com diversas religiões orientais. Trinta anos depois da expulsão, em 272 d.C., o rei persa Shâúur I, responsável pela sua expulsão morre e assume, o trono, o rei Hormizid I. O novo soberano persa demonstra simpatia com a nova religião, de forma que Mani é convidado a retornar à Babilônia.

Ao estudar a história de Mani, é possível observar que diversos aspectos e dados de sua vida são semelhantes aos de Jesus Cristo e, desta forma, o fim de sua vida é bastante semelhante à figura principal do Cristianismo, conforme descreve Costa:

Mas, dois anos depois, assume o trono um segundo filho de Shâpúr, de nome Bahrâm I, adepto do mazdeísmo e feroz inimigo de todo culto estrangeiro. Nesse momento, o chefe da religião oficial do império e guia espiritual do rei, o sacerdote Kirdir, acusa a religião de Mani de heresia e de estar atraindo para si alguns príncipes e governadores das províncias, ou de estar preparando um golpe de Estado. Por ordens do Rei Bahrâm I, Kirdir iniciou uma campanha de caça e perseguições aos maniqueístas. Finalmente, em 277, Mani foi encarcerado na cidade de Gundêshâhpúr, na Susiana, trazido perante o rei e, depois de 26 dias de prisão, seguindo a tradição, crucificado e esfolado, provavelmente em 26 de fevereiro de 277, com sessenta e um anos de idade, tendo sua pele exposta em um templo dos arianos. (COSTA, 2003, p.26-27).

2.3. A origem dos princípios

Mani foi considerado, pelo maniqueísmo, o paráclito, enviado por Deus para revelar as verdades ocultas. Nesta concepção maniqueia, temos uma doutrina ontológico-cosmológico-soteriológica-materialista, ou seja, o grande profeta maniqueu foi o enviado de Deus para revelar o início, meio e fim de todas as coisas, conforme podemos verificar na descrição de Costa sobre a mitologia maniqueia:

A mitologia maniqueia também chamada “teologia solar” que segundo Asmussen, foi extraída em grande parte do mandeísmo, apresenta-se de forma trinitária, onde a história gnóstica da Salvação está dividida em três tempos, conforme revelada a Mani: “Eu sou o Paráclito – diz Mani no Saltério Maniqueu, de Medínet Mâdi, aquele que veio do Pai para revelar os três tempos: o início, o meio e o fim” e, confirmando por Félix Maniqueu em debate com Agostinho, quando diz: Quando apareceu a Mani com sua predicação, nós o recebemos em conformidade com o dito por Cristo “Eu vos envio o Espírito Santo”. Por isso temos acolhido Mani. E posto que enviou Mani com sua predicação, este nos ensinou o começo, o meio e o fim; nos ensinou a criação do mundo, por que foi feito, de onde foi tirado, quem o fez; nos ensinou o porquê do dia e da noite; nos ensinou o curso do sol e da lua. E posto que tudo isto não temos aprendido, em Paulo, nem nos escritos dos apóstolos, por isso cremos que Mani é o Paráclito. (COSTA, 2003, p.40-41).

Na concepção de princípio para o maniqueísmo (Rubio, 2008, p.80), temos a ideia de que antes da existência do universo, existem dois princípios inatos, eternos e separados entre si. Os seres eternos podem receber designações diferentes como: princípios, naturezas, substâncias e raízes. Este dualismo radical maniqueu possui exatamente, com pressuposto fundamental de sua doutrina, a crença nas naturezas independentes entre si. As determinações mais comuns para estes princípios são luz e trevas.

É importante salientar que estes princípios de origem metafísica se efetuam em termos físicos. Podemos encontrar nos escritos maniqueus, noite e dia, vida e morte. Rubio (2008, p. 81) designa o significado de Luz como o símbolo de conhecimento da verdade, enquanto as trevas significam exatamente o contrário. Outra característica apresentada por Rubio (2008, p.82) se refere aos princípios como unidade corporal, ou se trata de uma doutrina materialista, sendo contrário à doutrina platônica que atribui substâncias incorporais. No pensamento maniqueu, a Luz eterna é um corpo, um fogo puro e sutil e as trevas, também, um corpo; ambas ocupam um lugar físico na terra, um espaço real. Baseado nas concepções sumeroacádicas, no qual ao norte habitam os deuses e ao sul, os demônios, no maniqueísmo o reino da Luz se localiza ao norte, com extensão de leste a oeste; enquanto o reino das Trevas se estende ao Sul. Neste caso, é possível reconhecer que o atributo de infinitude não pode ser

atribuído a Deus, visto que sua habitação é terrena, chegando a se tratar de uma blasfêmia a alguns maniqueus.

Para que se possa compreender, com melhor definição, a doutrina maniqueia, é muito importante a descrição do mito que, proferido por Mani, para esclarecer a criação, nesta cosmologia, encontraremos a soteriologia e escatologia, sendo que, nesta pesquisa, se dará ênfase às questões relacionadas à existência das substâncias: Luz e Trevas. Conforme Costa, observamos que o mito maniqueu é composto por três fases:

2.2.1. Primeiro momento: o Homem Primordial

Segundo o mito maniqueu, os dois Reinos nada conheciam um do outro, até que, um dia (atemporalmente), o príncipe das Trevas viu o espetáculo admirável e esplêndido da Luz, bem superior a ele, daí, invejoso e enraivecido, foi até os confins do Reino da Luz e provocou um grande tumulto, transformando os cinco elementos da matéria em cinco criaturas ou emanações suas, ou seja, conforme nos informa Santo Agostinho, «da fumaça, nasceram os animais bípedes; das trevas, as serpentes; do fogo, os quadrúpedes; da água, os animais que nadam; e do vento, as aves» (Contra ep. quam man. voc.fund., I, 28), e se lançou com seus cinco filhos contra o Pai da grandeza.

O Pai da Grandeza, por sua vez, vendo-se atacado, faz surgir, por emanação de sua própria substância, o Homem Primordial ou Originário, também chamado de Segunda Grandeza do Reino, a quem ordena que saia, com seus cinco filhos: éter, ar, luz, água e fogo, que formam sua armadura, em combate contra as forças das Trevas. No curso do combate, o filho do Pai da Grandeza (o Homem primordial) é vencido, entregando-se aos inimigos, os arcanjos do Mal, que o fazem prisioneiro, sendo sua alma devorada pela matéria. Portanto, para o maniqueísmo, de forma panteística, o Homem Primordial é alma do Pai, ou uma parte da substância luminosa de Deus que está cativa na matéria. (COSTA, 2004, p.278).

Na primeira fase do mito maniqueu, destaca-se a ontologia dos Reinos da Luz e Trevas. Mani destaca a existência da substância boa e da substância maléfica. É importante observar que no momento em que as substâncias tomam conhecimento uma da outra, o Príncipe das Trevas movido pela inveja, trava uma guerra ferrenha com o Reino da Luz. Cada reino ataca e se defende através das emanações das substâncias eternas. A matéria, como representante de tudo aquilo que é mal, e a substância luminosa a alma do Pai das Grandezas. Isto indica que o Maniqueísmo não traz uma visão politeísta, mas panteísta; as emanações são evocações do próprio Deus a fim de assumir suas funções; como exemplo, a salvação da luz que está dispersa.

Neste trecho, observou-se que o Homem primordial é a Segunda Grandeza do Reino. Rubio (2008, p.102) destaca que a figura feminina da Mãe da Vida é a primeira emanação do Pai das Grandezas. Esta emanação, de acordo com a maioria dos textos maniqueus, não possui contato com a mescla das trevas mas, pelo contrário, a respeito das emissões do Reino

da Luz, age em consubstancialidade com o Pai das Grandezas, a fim de servir o propósito divino de vencer as trevas.

A figura do Homem Primordial é responsável por defender o Reino da Luz do eminente ataque das trevas, blindar o Reino da Luz de uma invasão. Numa análise rápida, pode-se chegar à conclusão que, ao ser capturado pelo Filhos das Trevas e ter sua alma devorada, seria uma grande derrota da Luz. Mas, Rubio (2008, p.106) mostra que muitos textos maniqueus apresentam que este ato foi uma grande estratégia do Pai das Grandezas. Primeiro, a atenção do Mal foi desviada do Reino da Luz, ou seja, este Reino se manteve intacto quanto à sua localização e, como resultado, as Trevas, ao engolir a Luz, se veem condenadas à debilitação, pois a mescla dos elementos, atrai seu adversário e, com astúcia, tende a neutralizá-lo, pois a composição das Trevas passa a ter, no seu Reino, a presença do elemento divino que enfraquece seu poder que era simétrico à Luz.

2ª) O segundo momento: o Espírito Vivificador

Prisioneiro, entretanto, segundo o mito maniqueu, o Homem Primordial voltou a consciência, que havia perdido, enterrada nas Trevas junto com sua Alma, e dirigiu por sete vezes uma prece ao Pai da Grandeza. O Pai ouviu sua súplica e fez surgir dele mesmo uma segunda emanção, o Espírito Vivificador ou Amigo da Luz, ou Grande Arquiteto – Terceira Grandeza do Reino – que com seus cinco filhos: o ‘ornamento de Esplendor’ (inteligência), o «‘rei da honra ou Magnificência’ (ciência), o ‘rei da Glória’ (reflexão), o ‘Adamas-Luz’ (pensamento) e o «‘Portador’ ou ‘omóforo’ (consciência)», se dirigiram a região das Trevas, baixando até os abismos do inferno profundo, descobriram o Homem Primordial absorvido pelas Trevas, e seus cinco filhos. O Espírito Vivificador toma, então, o Homem Primordial pela mão direita e o liberta das garras e da ira do Príncipe das Trevas. Mas o Homem Primordial, ao ser salvo, deixou para trás os seus cinco filhos misturados a matéria, ou seja, parte de si mesmo, conforme narra Puech: O Homem Primeiro sobe, em triunfo, ao ‘Paráiso da Luz’. Todavia deixa de si, ainda prisioneira das Trevas, a sua ‘armadura’, a sua ‘alma’ ou uma parte da sua ‘alma’, dele mesmo. (COSTA, 2004, p.278).

A brutal captura do Homem Primordial, o processo de mescla das duas substâncias faz que o mesmo perca sua consciência mas, com o passar do tempo, e o enfraquecimento dos poderes das Trevas trazem novamente a consciência do Homem Primordial que, ao se lembrar de suas origens, erige preces ao Pai da Grandeza por sua liberdade. Ao ouvir suas preces, o Pai da Grandeza emana sua Terceira Grandeza, o Espírito Vivificador ou Grande Arquiteto que vai ao encontro do Homem Primordial e o salva de seu cativo. Neste resgate, que representa a soteriologia do Pai das Grandezas chamando seus filhos novamente ao Reino da Luz, mas as partes menores da armadura do Homem Primordial que foram estilhaçadas no encontro com as trevas não foram alcançadas pelo Espírito Vivificador. Rubio (2008, p. 112) apresenta textos maniqueus, os quais dizem que para se iniciar um processo de purificação

destes estilhaços e punir as trevas, o Grande Arquiteto cria o mundo, um lugar de aprisionamento das Trevas e um lugar para que os pequenos estilhaços de Luz possam se recordar de suas origens e assim como o Homem Primordial se livrarem das Trevas e retornarem à Luz.

3ª) O segundo momento: o Espírito Vivificador

Mas, como nem toda a Luz estava salva, o Pai da Grandeza realizou uma terceira emanção, o Terceiro Enviado ou Grande Espírito, Quarta Grandeza do Reino, que veio continuar a obra de Salvação. O Terceiro Enviado, por sua vez, adota a bela e majestosa forma feminina de Virgem da Luz ou Mãe da Vida, que na sua desnudez radiante, excita os desejos carnis dos arcanjos do Mal (demônios); que expelem seu esperma. Uma parte do esperma sobe em direção a luz e outra cai sobre a terra úmida, fecundando-a, dando origem as árvores e aos animais, dentre eles a primeira dupla de seres humanos: Adão e Eva. E é, nos planos de libertação dos seres humanos, que entra em cena um quarto personagem-Jesus, quarta emanção do Pai da Grandeza ou Quinta Grandeza do Reino, um libertador – segundo santo Agostinho–, para limpar as almas boas (*animae bonae*) do erro e para salvá-las do estado de mescla (*commixtio*) e liberá-las da servidão (*Contra Fort. man., I,1*). (COSTA, 2004, p.279).

Rubio (2008, p.119) apresenta mais detalhes sobre o terceiro momento do mito maniqueu, ele ressalta que após a obra cosmológica do Grande Arquiteto, as três Grandezas erigem preces ao Pai da Grandeza, implorando por um guia que dirigisse o processo de purificação dos estilhaços de Luz que estavam presos ao reino das Trevas. O Pai emana a quarta Grandeza, esta Grandeza é composta por três figuras divinas: Coluna de Glória, Jesus Esplendor e a Virgem da Luz.

Ainda, segundo Rubio (2008, p.123), a terceira emanção manifesta de uma nova estratégia, sobre o aspecto de uma bela forma feminina, excitam os arcanjos do mal da forma masculina e sobre a outra forma masculina de Adão luminoso engravidam os arcanjos da forma feminina. Os seres masculinos expelem seu esperma que estão misturados luz e trevas por causa dos estilhaços. Neste momento, a Luz deveria ser separada pela coluna de Glória e transportada para o Reino da Luz. Como o esperma era composto pelas duas substâncias, uma parte má cai no mar e gera um monstro conforme a imagem do Rei das Trevas e outra parte cai em terra árida e brotam cinco árvores que representam o mundo vegetal.

Continuando Rubio (2008, p.123): as formas femininas abortam sua gravidez e o conteúdo abortado, ao cair na terra, torna-se em demônios que comem as árvores que ainda possuíam estilhaços da Luz e, ao copular entre si, nascem toda as espécies de animais viventes. Neste intervalo, a Concupiscência observa o movimento e percebe a estratégia da Luz que estava aos poucos libertando todas as partículas de Luz. Consciente do que aconteceria, previne os arcanjos do Mal para não deixar que as partículas de Luz fossem todas

salvas e, para que isso não aconteça, cria o ser humano para poder prender a partícula de Luz na terra.

Mediante os fatos descritos acima, entra em jogo a emanção do personagem de Jesus, que se trata de um plano de salvação do Pai das Grandezas para todos os homens. Ele seria a emanção que relataria aos seres humanos sua origem e revelaria o Pai das Grandezas, a fim de que a partícula de Luz, que estivesse dentro de cada homem, pudesse se lembrar da sua origem e, uma vez ciente de seu estado, buscassem ser purificados para a Salvação e libertação da escravidão das Trevas.

2.4. Moral maniqueia

A religião maniqueia possui uma maneira própria de enfrentar as questões das práticas morais. Conforme Rubio (2008, p.153), a adesão da doutrina da existência dos princípios e dos três tempos se trata de um conhecimento indispensável para que um maniqueu obtenha a salvação, mas isto é apenas um começo. O maniqueu que adquiriu a gnose possui a consciência de que possui uma natureza estranha ao mundo. O homem comum vive a sua vida de maneira despreocupada, mas o maniqueu possui um conhecimento especial, de tal forma que deve evitar certos comportamentos que são considerados uma profanação intolerável.

Rubio (2008, p.153,154) ainda descreve que se enganam aqueles que pensam que a práxis maniqueia consiste em algo externo, uma forma de se diferenciar sociologicamente. Pelo contrário, trata-se de observar as regras de solidariedade que governam as substâncias, fundamento ontológico que favorece o fim da mescla, obtendo a salvação da Luz e derrotar as trevas.

Desta forma, o ponto de partida do pecado seria exatamente a parte do mal que está na composição do ser humano, por isto Costa afirma:

O pecado é conatural, à alma em sua situação carnal. Ou seja, o mal é algo natural e não moral, daí dizer o comentador Carlo Terzi que “o mal moral no sistema maniqueu não podia encontrar explicação, porque toda realidade espiritual era entendida materialistamente, ou seja, o mal moral, ou pecado propriamente dito não existe no maniqueísmo, já que não existe a responsabilidade ou culpa pessoal [...] Portanto, para o homem maniqueu, o mal que ele praticava, não era responsabilidade sua, ou fruto de sua livre escolha, mas algo involuntário e inevitável, visto estar deterministicamente marcado pela parte má de sua natureza humana a matéria, ou que o mal estava inerente em sua natureza corpórea. (COSTA, 2003, p.91-92)

Baseado no pensamento maniqueu, o homem não deveria se sentir culpado por praticar o mal, pois o mal moral era praticado devido sua meia natureza má, ligada à matéria. Mas, para efeito de salvação, o homem que descobria seu estado, aderiria ao evangelho pregado por Mani. Segundo Costa (2003, p.95), esta alma toma consciência de seus deveres e poderes e sabendo que a alma é boa e não é a origem do mal, podia resistir a ele e ter capacidade de triunfar sobre o mal. Neste momento, os maniqueus passam a falar propriamente da culpa, que consiste em conhecer e rejeitar a verdade maniqueia.

Como fora dito anteriormente, não bastava aderir à gnose para conseguir a autolibertação da alma, o maniqueísmo possuía uma espécie de moral que faz parte do processo de Salvação, Costa apresenta um texto de Agostinho (Sobre os costumes da Igreja

Católica e os costumes dos maniqueus) que nos mostra a constituição da moral maniqueia, assentada sobre cinco mandamentos:

- a) “Dizer sempre a verdade – ou não mentir” – Esse mandamento tinha como objetivo a defesa da verdade, coibindo assim a mentira em todos os sentidos, mas principalmente em relação à profissão de fé. O maniqueu não deveria professar nenhuma outra verdade senão aquela que foi revelada por Mani, o Parácleto, considerada como única verdade digna de fé. Todas e quaisquer manifestações de fé que fossem contrárias às verdades reveladas por Mani eram consideradas falsas e, portanto, mentira. Assim sendo, o primeiro mandamento tinha como objetivo fixar o homem na verdadeira fé, garantindo, assim, a sua salvação;
- b) “A não violência – ou não matar” – Esse mandamento está diretamente relacionado com a regra do “selo nas mãos”;
- c) “Comportamento religioso – ou ser puro” – Esse mandamento está diretamente relacionado com a regra do “selo dos seios”;
- d) “Pureza da boca” – ou não comer carne e ingerir bebida alcoólica” – Esse mandamento está diretamente relacionado com a regra do “selo da boca”;
- e) Bem-aventurança – ou pobreza bem-aventurada” – Esse último mandamento colocava a pobreza como condição da beatitude. Ao proibir o religioso de possuir qualquer bem, o mandamento fazia do eleito um homem despojado, inteiramente livre para dedicar-se à pregação e à oração ou contemplação, condição indispensável à beatitude no sentido evangélico. (COSTA, 2003, p.97-98)

3. Conceitos essenciais

3.1 A criação *ex nihilo*

O livro do Gênesis relata a história da criação do mundo, em seu primeiro capítulo. O relato bíblico nos apresenta como o Deus judaico-cristão criou os céus, a terra e tudo o que neles há. É importante destacar que a criação foi realizada em seis dias e, no sétimo dia, Deus descansou de sua obra. No final de cada ato de criação, o autor bíblico enfatiza que Deus reconhecia que tudo o que Ele havia criado era de fato bom. Esta afirmação do Criador é importante para o estudo em pauta, pois neste relato não encontramos Deus criando aquilo que chamamos de mal; pelo contrário, toda a Sua obra foi reconhecida como boa.

Agostinho (2015, p.159) questiona exatamente a origem deste mal, pois a figura divina além de ser definida como o Sumo Bem, é o Criador de todas as criaturas que estão sob a sujeição dEle, o Bem Supremo, assim como no relato bíblico do Gênesis, tudo o que foi criado deveria ser bom. O outro questionamento feito pelo pensador, se trata da matéria usada para a criação: seria ela portadora de algum tipo de mal e ao dar-lhe forma e ordem teria deixado nela alguma coisa que não transformasse em bem?

Por algum tempo, Agostinho professou conceitos da religião maniqueísta. O maniqueísmo defendia uma espécie de materialismo radical. Segue-se que tudo aquilo que possuía corpo luminoso pertencia, de alguma forma, ao Pai das Grandezas. O corpo, que fosse dotado apenas de matéria, pertencia à substância maligna do Reino das Trevas, um exemplo clássico de emanção da substância dos dois poderes distintos, a substância boa emana partículas de Luz, enquanto a má emana a matéria.

Gilson (2010, p.357) mostra que, para combater seu antigo pensamento, Agostinho ensinará a criação *ex nihilo*. Desta forma, a criação de Deus só poderia ter duas formas: ou Deus criou tudo do nada, ou tirou-o de sua própria substância. Partindo do ponto de vista de que a criação divina está submetida às alterações, mudanças e destruições, a única hipótese viável seria a criação a partir do nada, pois caso fosse uma emanção da substância divina, não poderia ser a criatura mutável, visto que Deus é eterno e imutável.

Ainda, conforme Gilson (2010, p.360), existe um problema quanto à interpretação do momento da criação; porém, independente disto, é evidente que as Escrituras referem-se com “in principio” o começo de todas as criaturas, incluindo nesta categoria à própria existência do tempo e, por consequência, nem as coisas que duram, nem o tempo são eternos, mas criados.

O primeiro versículo do Gênesis diz: “No princípio, criou Deus os céus e a terra.” No livro de suas confissões (2015, p.333), Agostinho interpreta este primeiro versículo da seguinte maneira: quando o autor descreve a criação dos céus, este seria o céu dos céus, o céu intelectual. Quando descreve a criação da Terra, seria uma terra invisível como matéria informe, desorganizada, sem qualquer tipo de forma. Fitzgerald descreve a interpretação de Agostinho:

...Agostinho atribui ao primeiro versículo do Gênesis o significado de Deus começa a criar estabelecendo os dois casos “extremos” da realidade criada. Antes de mencionar os “dias” da criação, o texto bíblico diz que Deus fez o céu e a terra, isto é, independente, ou virtualmente independente, da sucessão temporal, Deus dá existência ao mais alto nível de realidade, o “Céu dos céus” que é essencialmente uma esfera intelectual, e a terra considerada algo que se aproxima da pura possibilidade de informidade. O Céu dos céus é o nível de realidade em que há comunhão direta e ininterrupta com Deus, é o mundo dos anjos não decaídos e o mundo ao qual estão destinadas as almas dos santos, é “a sabedoria criada” [...] No outro extremo existe a “terra”, onde nada ainda tem sua forma otimizada. O tempo começa quando esse domínio de potencialidade começa a ativar-se, a atuar suas possibilidades; em outros termos, o tempo começa com a criação. (FITZGERALD, 2015, p.300-301)

O conceito de criação *ex nihilo*, trata-se de um primeiro passo no entendimento do estudo sobre o mal em Agostinho. A partir desta pressuposição, da criação a partir do nada, temos exatamente o porquê das criaturas serem mutáveis e estarem suscetíveis ao tempo.

3.2 A criação dos seres intelectuais

Na obra **A cidade de Deus** (2012, p. 39), Agostinho define alguns conceitos para falar propriamente da criação dos seres intelectuais, os anjos. Na passagem do livro do Gênesis que relata a criação, não temos, de forma clara, a ordem e a criação destas criaturas. Mediante o início do Gn. 1.1 que diz: “No princípio”, Agostinho parte do ponto que antes de tudo isto, parece que nada havia criado e no final do sétimo dia, Deus descansou de todas as suas obras. Também resulta, em seu ponto de vista, que tudo havia sido criado neste intervalo. Não sendo silenciados na criação, Agostinho entende que os seres espirituais estão significados pelo nome céu. Em Gênesis 1.1, as Escrituras relatam: “No princípio fez Deus o céu e a terra” ou, antes, pelo nome de luz, que aparece no primeiro dia da criação.

Agostinho elucidava este processo de criação dos anjos no seguinte relato:

Começando pelo céu e pela terra, sendo a terra, no princípio, invisível e informe, segundo a conseqüente expressão da Escritura, e não havendo ainda sido feita a luz, é fora de dúvida que as trevas se encontravam sobre o abismo, isto é, sobre certa confusão indistinta de terra e água, porque onde não há luz necessariamente há trevas. Depois foram dispostas e ordenadas todas as coisas, criadas, segundo o Gênesis, em seis dias.

Sendo assim, não havia de fazer menção dos anjos, como se não se incluíssem nas obras de Deus, das quais descansou no sétimo dia? Que os anjos são obra de Deus, das quais descansou no sétimo dia? Que os anjos são obra de Deus, embora o tenha silenciado aqui, não o expressou com clareza, mas noutra parte a Santa Escritura o atesta com luz inconfundível. (AGOSTINHO, 2012, p.39)

O texto de Salmos 103.20,22 diz: “Bendizei ao Senhor, anjos seus, magníficos em poder, que cumpris as suas ordens, obedecendo sua palavra [...] Bendizei ao Senhor, todas as suas obras em todos os lugares do seu domínio.” Baseado nas Escrituras Sagradas, como o texto citado acima, Agostinho se utiliza da interpretação da bíblia, como um todo, para chegar a resultante que os anjos são obras de Deus.

Para defender sua interpretação que os seres intelectuais foram criados dentro dos seis dias, Agostinho (2012, p.40) apresenta a versão latina de Jó 38.7 que diz: “Quando foram feitos os astros, meus anjos louvaram-me em altas vozes”. Nisto, ele conclui que os anjos foram criados antes dos astros. O texto de Gênesis 1.14, 19 registra: “E disse Deus: Haja luminares na extensão dos céus [...] E foi a tarde e a manhã do dia quarto”. Logo, os anjos foram criados antes do quarto dia.

Agostinho (2012, p.40), ao passar o terceiro e segundo dias de criação do relato bíblico, chega à conclusão que os anjos não foram criados nestes dias, pois neles ocorreram a

separação das águas, aparecimento da terra e produção das espécies de ervas que brotam da terra; respectivamente, no segundo dia, a separação dos firmamentos; logo, os anjos não foram criados nestes dias.

Mediante estes fatos, Agostinho chega à sua conclusão sobre a criação dos anjos:

Logo, se os anjos fazem parte das obras de Deus realizadas nesses dias, são a luz que recebeu o nome de dia, que para encarecer-lhe a unidade não se chamou dia primeiro, mas dia uno [...] Com efeito, se no que Deus disse: Faça-se a luz e a luz foi feita, é razoável entender-se por essa luz a criação dos anjos foram, sem dúvida, feitos partícipes da luz eterna, que é a própria Sabedoria imutável de Deus, conhecida pelo nome de Unigênito de Deus e pela qual foram feitas todas as coisas. Desse modo, iluminados pela luz que os criou, tornaram-se luz e se chamaram dia pela participação dessa luz e se chamaram dia pela participação dessa luz e desse dia incomutável que é o Verbo de Deus, pelo qual eles e os demais seres foram feitos. (AGOSTINHO, 2012, p.40)

3.3- Inteligência, Vontade e livre-arbítrio

No Livro I do diálogo do livre-arbítrio, Agostinho trata de alguns conceitos interessantes ao estudo como: a inteligência, vontade e livre-arbítrio. Todos os seres existentes possuem características em comum, tais como viverem no mesmo mundo e serem criados por Deus. Quando analisamos algumas destas criaturas, vemos que muitos seres não possuem vida, pois não são animados, como uma pedra, por exemplo, que apesar de ser uma criatura, não possui alma. Outros seres como as plantas e os animais, são animados, possuem vida e, no caso dos animais, além de animados, possuem sentidos e agem por seus instintos.

Agostinho (2019, p.46), ao relacionar o homem com estes animais, encontra propriedades semelhantes, como: se alimentar, crescer, gerar e fortificar-se, etc. No caso dos animais, também há o reconhecimento por meio dos sentidos como: olfato, visão, paladar etc., e, em alguns casos, estes animais podem até possuir uma certa superioridade quando se compara grau de força, agilidade e outros parâmetros. Mas, diferente de todos estes seres viventes, o homem, assim como as criaturas intelectuais, possui razão, inteligência.

Agostinho (2019, p.44) mostra que, mesmo sendo o animal superior, em alguns parâmetros ao homem, é dominado pelo mesmo, pois o homem constitui um princípio de excelência que é denominado razão ou inteligência. O fato do homem ter esta faculdade, coloca-o não apenas como um ser vivente, mas como um vivente que, além de ter vida, tem o conhecimento que é um ser vivente, algo que é privado aos animais.

Desta forma, Agostinho (2019, p.50), mostra que o homem sábio é exatamente aquele que constitui a razão como senhorio dos atos da alma. Para que se tenha uma ordem perfeita é necessário que a parte mais forte domine a parte inferior. O pensamento agostiniano, parte do pressuposto que a mente deve se servir da razão e dominar as paixões, pois um corpo jamais poderia vencer uma mente, um espírito dotado de virtude. A mente dotada de razão e sabedoria é tão importante à Agostinho que, no diálogo do livre-arbítrio (2019, p.51), diz que não existe nada mais nobre do que uma mente dotada de razão e sabedoria, exceto o próprio Deus.

No decorrer do diálogo, Evódio é questionado se existe em nós uma vontade. Agostinho (2019, p.56) lhe apresenta o conceito de boa vontade: “É à vontade pela qual desejamos viver, com retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria. A boa vontade (2019, p.63) é relacionada com aquele que ama viver retamente e tem prazer nisso, de tal modo que encontra o bem verdadeiro e a real alegria; de fato, aqueles que não possuem a boa vontade, vivem uma vida infeliz, pois a má vontade está relacionada com aquilo que

Agostinho chama de lei temporal, lei relacionada com os bens deste mundo como as riquezas, belezas, prazeres etc.

Ao concluir a primeiro livro do diálogo, Agostinho (2019, p.67) diz: “Estabelecemos ainda que é próprio da vontade, escolher o que cada um pode optar e abraçar. E nada, a não ser a vontade, poderá destronar a alma das alturas de onde domina, e afastá-la do caminho reto.”

Baseado na vontade, o homem possui a capacidade de fazer escolhas. Podemos adicionar a esta discussão, o livre-arbítrio ou, como muitas vezes é chamado por Agostinho, de livre arbítrio da vontade. Em toda a discussão do diálogo com Evódio, o pensador cristão, nos apresenta que é devido a esta vontade livre que o homem peca ou extrapolando o conceito, os seres intelectuais puderam se rebelar contra seu Criador.

Para trabalhar com o conceito de que o livre-arbítrio é um bem em si mesmo, deve se tornar evidente alguns princípios:

- que Deus existe;
 - e que todos os bens procedem de Deus.
- Isso porque todos os seres existentes:
- os que têm a inteligência, a vida e a existência;
 - os que somente possuem a vida e a existência;
 - como os que possuem somente a existência e a vida, todos vêm de Deus.
- (AGOSTINHO, 2019, p.134)

Mediante a constatação de que Deus existe, Agostinho (2019, p. 135) propõe explicar a Evódio que, mesmo sendo o livre-arbítrio da vontade, usado pelas criaturas racionais, ele é um bem concedido por Deus, pois também é através dele que estas mesmas criaturas podem agir com retidão, escolhendo o bem, mediante a vida de sabedoria que é provida pela boa vontade. Nesta questão, temos uma abordagem do doutor da Igreja, ele demonstra que o Criador concedeu muitos bens às criaturas, de forma que seria de grande dificuldade que esta criatura vivesse com a privação destes.

Evans (2019, p.625) corrobora com Agostinho: “a intenção original tanto para o ser humano como para o anjo deve ter sido que cada criatura racional fizesse, de fato livremente aquilo que deveria, e nisso estaria sua bem-aventurança, sua consolação no paraíso e a realização de sua semelhança a seu criador”.

Agostinho (2019, p.136) utiliza a figura do corpo como exemplo, o corpo possui diversos membros e todos estes são ditos como bem, a privação de qualquer um destes membros trará a este corpo muitas dificuldades. Neste exemplo, ele utiliza a figura das mãos e os pés, ou seja, ter um corpo privado destes membros seria algo terrível. Portanto, podemos

afirmar que se trata de algo valioso, mas apesar de ser um grande bem concedido ao homem, ele pode ser utilizado da forma incorreta. É preciso pensar numa situação hipotética: uma pessoa que acabou de deixar sua residência para assaltar um senhor de idade que iria receber sua aposentadoria, o tal se utiliza destes membros (pé e mão), os pés para andar até o banco e a mão para tomar o dinheiro, isto é considerado por qualquer ser humano racional, um ato lastimável, um ato mal, cruel e vergonhoso. Este mesmo homem poderia sair para trabalhar e, de forma justa, receber seu dinheiro, no meio do caminho ver uma pessoa caída; logo, por sua boa vontade, ele se dispõe a ajudar a pessoa caída; nesta intervenção, os mesmos membros são utilizados para um ato considerado bom, bonito e agradável.

Nestas duas abordagens, temos o uso dos pés e das mãos. Na primeira tratativa, o membro foi utilizado para o mal; na segunda, para o bem; embora tenha sido utilizado para abordagens diferentes, o fato mal não altera a boa qualidade dos pés e das mãos, apenas o uso é dado como mal. Desta forma, Agostinho conclui:

Por conseguinte, do mesmo modo como aprovas a presença desses bens no corpo e que, sem considerar os que deles abusam, louvas o doador, de igual modo deve ser quanto à vontade livre, sem a qual ninguém pode viver com retidão. Deves reconhecer: que ela é um bem e um dom de Deus, e que é preciso condenar aqueles que abusam desse bem, em vez de dizer que o doador não deveria tê-lo dado a nós. (AGOSTINHO, 2019, p. 136)

Evans (2019, p.625) reafirma o pensamento agostiniano: “Mas a liberdade de escolha também é um dom divino, e Agostinho está completamente seguro de que uma criatura dotada de livre arbítrio seja um ser mais elevado que aquele que não o possui”. Considerando a livre escolha da vontade um dom divino, Agostinho também parte que todos os bens procedem do Ser Supremo, a Verdade que é o Criador, seja este um bem minúsculo como um fio de cabelo, seja este um bem superior, como as virtudes cardeais da alma: justiça, prudência, força e temperança que são responsáveis para que as criaturas racionais vivam honestamente.

Ao distinguir os tipos de bens, Agostinho (2019, p.139) acrescenta a esta categoria, os bens médios a que ele diz que são: “as forças do espírito, sem as quais não se pode viver de modo honesto, são bens médios”. Baseados nestas categorias, os bens superiores que são virtudes, no pensamento agostiniano, não podem ser usados de forma má, pois a obra virtuosa consiste no bom uso daquelas coisas que podemos abusar, na contramão, os bens médios e inferiores, podem ser usados de forma boa ou má.

O livre-arbítrio da vontade é exatamente um destes bens médios, que podem ser utilizados para boas escolhas e más escolhas. A consequência da escolha pelo Bem Supremo,

segundo Agostinho (2019, p.140), concede ao homem uma vida feliz. Esta vida feliz é possível, pois a escolha por amar a Deus torna-se ao espírito do homem um bem privativo, adicionando à sua mente todas as virtudes que tornam o homem honesto e, enquanto estiver vendo o Criador como o Bem Superior, não é possível que use seu livre-arbítrio para o mal. Mas a aversão da vontade, ao Bem imutável, causa uma consequência terrível aos seres dotados de razão. Agostinho demonstra que aqueles que se afastam de Deus, logo se afastam das virtudes e passam a se voltar para o seu bem particular, voltam-se aos prazeres, aos bens corporais, tornando as virtudes cardeais em orgulho, soberba. É importante salientar que filósofo medieval, não define estes prazeres como mal, mas bens menores, o mal resulta exatamente na escolha da vontade aos bens menores em relação ao Sumo Bem que é Deus.

3.4- Diferença entre mal moral e mal comum

A Bíblia Sagrada relata em Isaías 45.7, o profeta anunciando, inspirado por Deus: “Eu formo a luz e crio as trevas; Eu faço a paz e crio o mal; Eu, o Senhor faço todas estas coisas”, No capítulo deste texto, o profeta traz a descrição do conquistador, do rei Ciro que, segundo os primeiros versículos, é o escolhido do Senhor para conquistar as nações e dar livramento ao seu povo, Israel. No decorrer do texto, a própria divindade se apresenta como o único e soberano Deus. No versículo destacado, verifica-se a descrição do Criador, daquele que forma a luz e cria as trevas, aquele que faz a paz e cria o mal. A criação do mal recebe destaque. A Bíblia de Estudo palavras chave (2015, p.1930) apresenta alguns significados para a palavra hebraica רָע (ra’). Como substantivo, ela pode significar: adversidade, aflição, mau, calamidade, etc. O estudo do contexto da profecia de Isaías, apresenta o seguinte texto no versículo 8: “Destilai vos céus dessas alturas, e as nuvens chovam justiça, abra-se a terra e produza salvação e a justiça frutifique juntamente, eu, o Senhor, as criei”. Quando são analisados, o bloco de versículos, é possível retirar, como resultado, das obras de Deus, salvação e justiça, o que dá a possibilidade de interpretar que o Senhor produz a salvação e cria aquilo que traz a justiça. Neste caso, a palavra, no português, mais indicada para a palavra ra’ seria calamidade, pois mediante a justiça de Deus, Ele cria a calamidade como forma de punição para demonstrar a Sua justiça.

John Oswalt, em seu comentário do profeta Isaías, corrobora com o pensamento sobre a significação da criação do mal:

Uma qualificação importante já está implícita no texto. A palavra hebraica ra’ tem uma ampla variedade de significados, bem como a palavra em inglês “bad”. Como “bad”, pode se referir ao mal moral (“Hitler era um homem mau”) ou infortúnio (“estou tendo um dia ruim”) ou apenas aquilo que não está de acordo com alguns potenciais, real ou imaginário (“Esse é um caminho ruim”). Este não é o caso do equivalente em inglês comum para ra’, “mal”, que quase sempre se refere à maldade moral. Assim, se lemos “Eu ... crio o mal” (AV), concluímos que Deus faz com que as pessoas tomem decisões moralmente más. Que não é a correta tradução de ra’, nesta circunstância é mostrada pelo termo oposto usado, que é šālôm, “saúde, bem-estar, paz, boas relações, boa sorte”. O oposto disso seria aquelas conotações que atribui mais comumente a “más”. O que o profeta está dizendo é que, se houver condições más em minha vida, elas não existem porque algum deus do mal, frustrou as boas intenções de alguém bondoso e nem um ineficaz deus que gostaria que eu tivesse boas condições, mas que não possa trazê-las. Eles estão ali apenas como um fator de minhas relações com o Deus único. Elas podem estar lá porque pequei contra ele leis naturais e morais, ou elas podem estar lá porque por meio delas, posso me tornar mais parecido com ele, ou elas podem estar lá por razões que ele não pode

me explicar. Mas elas não estão nele, apesar de ser Deus. Ele é o único causa sem causa no universo. (OSWALT, 1998, p.130. tradução nossa)³

Berkhof, nos escritos sobre a origem do pecado, afirma que não se pode considerar Deus como seu autor do mal moral, pois as Escrituras Sagradas não permitem chegar a esta conclusão:

O decreto eterno de Deus evidentemente deu a certeza da entrada do pecado no mundo, mas não se pode interpretar isso de modo que faça de Deus a causa do pecado no sentido de ser esse o seu autor responsável. Esta ideia é claramente excluída pela Escritura. “Longe de Deus o praticar ele a perversidade, e do Todopoderoso o cometer injustiça”, Jo 34.10. Ele é o santo Deus, Is 6.3 e absolutamente não há falta de retidão nele, Dt 32.4; Sl 92.16. Ele não pode ser tentado pelo mal, e ele próprio não tenta ninguém, Tg 1.13. Quando criou o homem, criou-o bom e à sua imagem. Ele positivamente odeia o pecado, Dt 25.16; Sl 5.4; 11.5; Zc 8.17; Lc 16.15, e em Cristo fez provisão para libertar do pecado o homem. À luz disso tudo, seria blasfêmia falar de Deus como autor do pecado. (BERKHOF, 2012, p. 204)

Com base nos textos bíblicos apresentados, pode-se concluir que Deus não é o criador do mal moral, pois isto iria contrariar os seus atributos. Entre eles se destacam: a retidão, santidade, etc. No diálogo do livre-arbítrio, Agostinho trata deste tema na introdução, pois a distinção entre os males é um dos pressupostos fundamentais para esta discussão, ele responde ao seu interlocutor Evódio sobre a questão da autoria do mal (da parte de Deus) e, ao responder, faz uma distinção dos conceitos:

Dir-te-ei, se antes me explicares a que mal te referes. Pois, habitualmente, tomamos o termo “mal” em dois sentidos: um, ao dizer que alguém praticou o mal; outro, ao dizer que sofreu algum mal.[...] Pois bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom – e não nos é permitido pensar de outro modo –, Deus não pode praticar o mal. Por outro lado, se proclamamos ser ele justo – e negá-lo seria blasfêmia –, Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos parecem males àqueles que os padecem. É porque, visto ninguém pode ser punido injustamente – como devemos acreditar, já que, de acordo com a nossa fé, é a divina Providência que dirige o universo –, Deus de modo algum será o autor daquele primeiro gênero de males a que nos referimos, só do segundo. (AGOSTINHO, 1995, p.25)

³ An important qualification is already implicit in the text. The Hebrew word *ra'* has a wide range of meanings, much like the English word “bad.” Like “bad” it can refer to moral evil (“Hitler was a bad man”) or to misfortune (“I’m having a bad day”) or merely to that which does not conform to some potential, real or imagined (“That’s a bad road”). This is not the case with the common English equivalent for *ra'*, “evil,” which almost always refers to moral wickedness. Thus if we read “I ... create evil” (AV), we conclude that God causes people to make morally evil decisions. That this is not the correct translation of *ra'* in his circumstance is shown by the opposite term used, which is *šālôm*, “health, wellbeing, peace, good relations, good fortune.” The opposite of these would be those connotations that we most commonly ascribe to “bad.” What the prophet is saying is that if bad conditions exist in my life, they are not there because some evil god has thwarted the god intentions of a kindly but ineffectual grandfather-god, who would like me to have good conditions but cannot bring them about. They are there solely as a factor of my relations to the one God. They may e there because I have sinned against his natural and moral laws, or they may be there because by their means I can become more like him, or they may be there for reasons that he cannot explain to me. But they are not there in spite of God. He is the only uncaused cause in the universe.

No diálogo com Evódio, se vê a distinção que Agostinho faz dos dois tipos de males. No primeiro caso, o mal moral, aquele que é praticado por um agente que não é Deus, ou seja, o mal que não poderia ser cometido sem que houvesse um autor, (1995, p.26). O filósofo medieval reitera que não existe um único autor para este tipo de mal, mas cada pessoa, ao cometer a ação, torna-se a autora e, por se tratar de algo que é praticado de forma voluntária, estas más ações necessitam ser punidas por Deus, visto que Ele é justiça. Neste caso, o segundo tipo de mal seria aquele que está ligado à punição que alguém sofre devido à responsabilidade pelos seus próprios atos.

Aprofundando ainda mais a questão do mal, Reale (1990, p.455) apresenta o pensamento de Agostinho no exame de três níveis: a) metafísico-ontológico; b) moral; c) físico.

a)Do ponto de vista metafísico-ontológico, não existe mal no cosmos, mas apenas graus inferiores de ser em relação a Deus, que dependem da finitude da coisa criada e dos diferentes níveis dessa finitude. Mas até aquilo que, numa consideração superficial, parece um “defeito” (e portanto, poderia parecer um mal), na realidade na ótica do universo visto em seu conjunto, desaparece: os graus inferiores do ser e as coisas finitas, também as mais ínfimas, revelam-se momentos articulados de um grande conjunto harmônico.

b)Já o mal moral é o pecado. E o pecado depende da má vontade [...] O mal moral, portanto, é uma “aversio a Deo” e uma “conversio ad creaturam [...] Por isso, Agostinho pode dizer: “O bem em mim é obra tua, é o teu dom; o mal em mim é o meu pecado”.

c)O mal físico, como as doenças, os sofrimentos, os tormentos do espírito e a morte, tem um significado bem preciso para quem filosofa na fé: é a consequência do pecado original, ou seja, é uma consequência do mal moral.

(REALE, 1990, p.455-456)

3.5. A origem do Mal

A origem do mal moral, por séculos, foi tema de grandes debates teológicos-filosóficos. Agostinho, mediante os pressupostos bíblicos de que tudo o que Deus criou é um bem, não poderia creditar a origem deste mal ao Supremo Criador; pelo contrário, Deus é chamado pelo doutor da Igreja de Sumo Bem.

A Bíblia Sagrada traz dois textos que foram utilizados por Agostinho que parecem descrever uma espécie de queda dos anjos, ou especificamente, de Lúcifer. Segundo Agostinho (2012, p.48), figurando o diabo na pessoa do príncipe da Babilônia, Isaías 14.12 diz: “Como caíste do céu, ó estrela da manhã, filha da alva! Como fostes lançado por terra, tu que debilitavas as nações”. O profeta Ezequiel, em Ez. 28.13 diz: “Estavas no Éden, jardim de Deus, toda pedra preciosa era a tua cobertura”.

Os textos bíblicos indicam que Lúcifer, por algum tempo, esteve sem pecado. Isaías fala de uma queda. Ezequiel, por sua vez, coloca o anjo no jardim das delícias de Deus e complementa no v.15: “Perfeito era os teus caminhos, desde o dia em que fostes criado, até que se achou iniquidade em ti”. Desta forma, o profeta corrobora com o pensamento agostiniano, pois diz que os caminhos eram perfeitos, até o dia em que se achou iniquidade, ou melhor, até o dia em que sua natureza se corrompeu.

O primeiro pecado surge mediante a corrupção do anjo que outrora era bom. Agostinho (2012, p.83) acreditava que a causa da felicidade dos anjos bons residiam no fato de estarem unidos ao que é sumamente. Quando se pergunta pela miséria dos anjos maus, é possível ver um afastamento do Ser Supremo, voltando-se si para si mesmos. O nome deste vício da natureza é conhecido como soberba. O filósofo fundamenta seu pensamento no livro de Eclesiástico 10.15 que diz que o princípio de todo o pecado é a soberba. Desta forma, a origem do mal moral se dá no despertar da soberba no coração de alguns anjos bons e ao escolherem a si mesmos em relação ao supremo Bem, caíram e corromperam sua natureza.

Agostinho distingue a natureza das duas sociedades de anjos:

Ora, não se permite pôr em dúvida que as inclinações contrárias entre si dos anjos bons e dos maus não dependem da diferença de natureza e princípio, posto uns e outros serem obra de Deus, Autor e Criador excelente de todas as substâncias, mas da contrariedade de suas vontades e desejos. A razão é que, enquanto uns se mantiveram no bem, comum a todos, que é para eles o próprio Deus, e em sua eternidade, verdade e caridade, os outros, embriagados por seu próprio poder, como se fossem seu próprio bem, declinaram do bem beatífico, superior e comum a todos, aos seus particulares e, tendo por muito sublime eternidade o fausto de sua altivez, por verdade certíssima os artificios da vaidade e por caridade mútua suas rivalidades repletas de ódio, tornaram-se soberbos, enganadores e invejosos. (AGOSTINHO, 2012, p.25)

4. Refutação de Agostinho à doutrina do mal maniqueísta

O pensamento maniqueu foi desenvolvido a partir do pensamento da existência de duas substâncias, uma pertencente ao reino da Luz e outra, ao reino das trevas. Desta forma, todas as substâncias, sejam boas ou más, tratavam de emanções do Pai das Grandezas ou do Príncipe das Trevas.

Agostinho (2018, p.3) refuta estas ideias maniqueístas partindo do pressuposto de que Deus é o Sumo Bem, imutável, verdadeiro e eterno. Todas as espécies de bens provêm de Deus. Ao contrário do maniqueísmo, não são partes da natureza divina, pois se fossem parte de sua natureza, não estariam sujeitas à mudanças. Em oposição a isto, Deus é tão onipotente que criou do nada todos os bens, sejam celestiais e terrenos, espirituais e corpóreos. As naturezas criadas são espírito ou corpo; logo, todas as naturezas criadas provêm do Criador e estão sujeitas à mudança, contrastando com o maniqueísmo que concluía ser o espírito formado a partir de uma partícula divina, enquanto o corpo, uma partícula má das trevas, representada pela matéria.

Todas as criaturas, sejam espíritos ou corpos, possuem atributos universais que constatarem seu bem. Gilson (2010, p.272) diz: “Deus lhe conferiu medida, a forma e a ordem (modus, species, ordo).” Quanto maiores forem estes três atributos, o bem será superior; quanto menores, os atributos, os bens serão inferiores e caso sejam nulas, não existirá nenhum tipo de natureza.

No livro da natureza do bem, Agostinho conclui ser o mal:

Por isso, antes de perguntar de onde provém o mal, há que investigar qual é a sua natureza. Ora, o mal é senão a corrupção ou do modo, ou da espécie, ou da ordem naturais. A natureza má é, portanto, a que está corrompida, porque a que não está corrompida é boa. Porém, ainda quando corrompida, a natureza enquanto natureza, não deixa de ser boa, quando corrompida, é má. (AGOSTINHO, 2018, p.9)

Sendo toda a natureza boa, pois fora criada por Deus, a natureza quando corrompida se torna má enquanto vive no vício. Segundo Gilson (2010, p.273) “essa relação do mal com o bem num sujeito é exprimida ao se dizer que o mal é uma privação [...] ele é uma privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada”.

Mediante o pensamento agostiniano, encontramos outro contraste com a doutrina maniqueia. Enquanto o maniqueísmo afirmava existir a substância má, Agostinho considera o mal apenas uma privação do ser, ou seja, não existe como um ser, mas dizemos ser o mal, o bem que não cumpre aquilo que ele deveria ser por natureza.

Na aula de metafísica, o professor Pedro Monticelli concebe a definição de ente real e ente de razão. O ente real se trata de um objeto que possui realidade e pode ser captado, inteligido pelo intelecto. Pode-se exemplificar este conceito através do som, o mesmo se trata de uma realidade, captável pelo intelecto e no momento que se ouve uma música no celular, é possível perceber a existência deste som, mas ao desligar a música, percebe-se o silêncio, o qual não se trata de uma realidade captável, mas de uma privação deste som. A razão, sendo capaz de perceber a privação de som, produz o ente que é chamado de ente de razão, ou seja, a razão produz uma proposição verdadeira, porém não real, ou seja, o som é uma realidade, enquanto a ausência de som é uma proposição verdadeira, não existe pois se trata de uma privação de som.

Agostinho trata o mal da mesma forma, ou seja, ele é uma privação de bem. Neste caso, o intelecto pode captar o bem, pois se trata de um ente real; no caso do mal, a razão é capaz de produzir uma proposição verdadeira do mal, mas como o mal é uma privação do bem, não se trata de uma realidade; pelo contrário, é um puro nada.

Desta forma, tratando-se de um vício da natureza que é boa em si, o mal moral não pode existir em si mesmo, mas apenas o bem existe em si. Agostinho (2012, p.80) diz que as naturezas são corrompidas pelo vício da má vontade, sendo o vício a corrupção do bem pela vontade, verificando-se a existência de um ato voluntário das criaturas racionais que se afastam do Criador. Segundo Agostinho (2012, p.86), não podemos procurar a causa eficiente na má vontade, mas sim deficiente, pois a causa do mal seria exatamente o declinar do sumo bem ao que é menor.

Toda vez que se procura um bem menor em relação ao Sumo Bem, a tendência é declinar ao mal, o que é semelhante a um homem que necessita ganhar dinheiro para sustentar sua família. Ele pode seguir dois caminhos: o primeiro caminho se dá ao acordar cedo para o trabalho árduo e assim conquistar o seu salário. Este homem poderia seguir um segundo caminho, acordar mais tarde e providenciar uma emboscada a um aposentado no dia do recebimento da aposentadoria e roubar aquele pobre senhor. É possível concordar que, em ambos os casos, o homem procurava o bem, conseguir o dinheiro para sustentar a sua família? A resposta será positiva mas, em um dos casos, ele procurou o bem superior e, no outro caso, um bem inferior; logo, o mal está na escolha do bem menor em relação ao bem superior. Neste caso, conclui-se que o bem está em escolher Deus em relação a qualquer bem menor; quando se escolhe o bem menor em relação a Deus, pratica-se o mal, pois escolha é deficiente, o exercício do livre-arbítrio que, por ser bom, deveria escolher sempre Deus.

4.1. Contradição dos maniqueus

Conforme Agostinho (2018, p.59), o maniqueísmo desenvolvera sua doutrina alicerçada em erros grotescos, considerados como blasfêmia a Deus, visto que ensinavam a existência de duas naturezas. Estes erros são considerados como delírio e loucura, pois quando o Reino das Trevas é analisado, a natureza do sumo mal, muitos bens são apresentados: vida, poder, saúde, memória, inteligência, medida, número, modo, ordem, paz e etc. Em oposição ao sumo bem diversos males surgem, tais como: morte, esquecimento, perturbação, impotência, pobreza, dor, iniquidade, guerra, destemperança, perversidade e outros.

Deste modo, diversos problemas na doutrina maniqueísta, são observados, pois o Reino das Trevas possuía estrutura ordenada, tinha poderes iguais ao Reino da Luz, vivia em paz enquanto os reinos não se conheciam. Ao mesmo tempo, o Reino da Luz precisou guerrear contra as forças malignas, a partir do momento que estas passaram a se conhecer, nestes tempos de combate, as substâncias luminosas passaram por derrotas, como o Homem Primordial, por exemplo, foi derrotado e aprisionado nas trevas, causando-lhe esquecimento.

Agostinho (2018, p.71) questiona a doutrina maniqueia exatamente no momento anterior a mescla, pois se existia a necessidade de combater o mal, isto já seria um grande mal e, caso não houvesse a necessidade do combate, pode-se deduzir que Deus combateu de forma voluntária e deixou que sua natureza sofresse os danos do inimigo de forma cruel.

Agostinho questiona ainda mais:

Porventura ignorava Deus o que havia de suceder aos seus membros, que eles viriam a amar as trevas, tornando-se assim, como disse Mani, inimigos da luz santa, ou seja não somente inimigos de Deus, mas de se seu Pai, do que tinham saído? Mas como é possível que ocorresse em Deus esse tão grande mal de ignorância antes de qualquer mal da raça inimiga se mesclasse a sua natureza? (AGOSTINHO, 2018, p.71)

O questionamento às afirmações de Mani são enfáticas, o filósofo coloca em cheque a condição de Deus no seu conhecimento e sabedoria, pois como pode um Deus voluntariamente entregar que suas próprias emanções para que sofressem mudanças, mutáveis de forma que por uma questão de tempo, tornar-se-iam inimigas da própria Luz e amariam as próprias trevas. Agostinho conclui seu pensamento:

Por acaso se comprazia Deus no gozo de uma imensa caridade, porque mediante o seu castigo se preparava um eterno repouso para os demais habitantes da luz? Quem compreender o abuso de tal afirmação –amaldiçoe-a. Se ao menos a natureza divina agisse assim para não se tornar inimiga da luz, talvez pudesse ser louvada, não por ser natureza divina, mas do mesmo modo como se elogiaria um homem que quisesse sofrer algum mal pelo bem da sua pátria, mal, que evidentemente, seria temporal e não eterno. Eles dizem, porém, que é eterna a sujeição não de uma natureza qualquer, mas da natureza divina, na esfera das trevas. E, em verdade, se a natureza de Deus se alegrava porque viria a amar as trevas e torna-se inimiga da luz santa, o seu regozijo seria iniquíssimo, execrável e inefavelmente sacrílego.
(AGOSTINHO, 2018, p.73)

As palavras de Agostinho parecem demonstrar tamanho desprezo pela doutrina maniqueia, pois quando analisada de forma profunda, não é possível tolerar que o sumo mal seja atribuído de tantos bens, enquanto Deus, o Sumo Bem e atribuído de tantos males, inclusive o de estar sujeito ao controle das trevas, a ponto de amar as trevas e ser inimigo da sua própria luz.

Considerações finais

A pesquisa sobre a origem do mal, mediante o pensamento filosófico de Agostinho de Hipona em contraste com o maniqueísmo, mostra-se um tema relevante para estudo na academia e nos centros especializados em Filosofia-Teologia. O filósofo cristão postula seu pensamento em diversas obras de sua autoria e, mesmo nos dias atuais muitos estudiosos se posicionam sobre a abordagem baseados em suas definições.

É importante distinguir a diferença entre os males: o mal metafísico-ontológico, mal comum e moral. Sendo que o mal moral recebe o destaque e toda a atenção na discussão proposta. Agostinho discute a ontologia do mal a partir da pressuposição de que o mal não existe, mediante ser ele uma mera privação, ou seja, o mal moral não possui essência própria, mas é uma essência daquilo que ele priva, um distanciamento do bem.

Baseado neste pensamento, Agostinho combate a doutrina ontológica maniqueia que atribuía ao Mal uma substância maligna, existente no Reino das Trevas. Definido este ponto, além do mal não existir como substância, ele sequer foi criado por Deus, visto que o Criador é o Sumo Bem, sendo todo Bem e conforme o testemunho das Escrituras Sagradas, Deus somente e necessariamente criou apenas coisas boas.

Neste caso, nenhuma criação divina carrega a essência maligna em sua existência, contrastando mais uma vez com o maniqueísmo que acreditava ser o corpo, representado pela matéria e a alma pelas partículas de Luz. A matéria, por sua vez, era composta da substância do Príncipe das Trevas, enquanto a alma era uma partícula de Luz, parte da substância luminosa do Pai das Grandezas, resultando na definição de que todas as criaturas que carregavam a matéria, neste caso no corpo, necessitavam que a alma fosse separada da matéria. Desta forma, as partículas de Luz seriam conduzidas à salvação, a volta ao Reino da Luz.

Não se tratando de uma substância, o mal moral tem sua origem na intenção dos seres racionais, criados por Deus de se afastarem do Sumo Bem. As Escrituras Sagradas nos apresentam alguns textos que indicam que o anjo conhecido como Lúcifer despertou, em seu coração, a soberba e concebeu ser ele o bem, ou seja, se distanciou do Sumo Bem e passou a viver segundo a sua própria natureza, visto que perdera o estado de graça que permitia que as naturezas racionais tivessem um relacionamento com o próprio Deus.

Neste ponto do estudo do mal, há outra concepção importante do pensamento agostiniano. Deus criou todas as criaturas boas e concebeu as criaturas racionais, a vontade,

sendo esta vontade livre para fazer as escolhas, inclusive a escolha de se afastar do Sumo Bem. A vontade livre, ou também, pode ser dita o livre-arbítrio da vontade, se trata de um bem médio: a escolha pelo Sumo Bem coloca a criatura racional num constante relacionamento com o Criador, mas a escolha por bem menores, como a escolha de viver segundo si mesmo, é definido pelo filósofo e pelas Escrituras Sagradas como pecado e, assim, vai causando o afastamento de Deus.

O afastamento de Deus, originado pela escolha, livre-arbítrio, é a causa do pecado. É importante definir que Agostinho chama esta causa de deficiente, pois o pecado nada mais é que uma deficiência da vontade livre, que preferiu escolher o bem menor, em relação ao bem maior.

A definição de Agostinho sobre as duas cidades (2012, p.204), conclui o tema sobre o mal: “Dois amores fundaram, pois, duas cidades, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo a Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio, a celestial. Gloria-se a primeira em si mesma e a segunda em Deus[...]”

Referências bibliográficas:

AGOSTINHO, Santo Bispo de Hipona. **A cidade de Deus**: contra os pagãos, parte II. Trad. Oscar Paes Leme. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

AGOSTINHO, Santo Bispo de Hipona. **Confissões**. 6 ed. Trad. J. Oliveira e A. Ambrósio de Pina. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

AGOSTINHO, Santo Bispo de Hipona. **Da natureza do bem**. Trad. Carlos Ancêde Nogue; apres. Sidney Oliveira. Rio de Janeiro: CDB, 2018.

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. **O livre arbítrio**. Trad. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. Trad. Odayr Olivetti. 4 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

BÍBLIA, Português. **Bíblia Sagrada**. Trad. João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. 4 ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2009.

BÍBLIA, Português. **Bíblia de Estudo Palavras-Chave** Hebraico e Grego. Trad. Almeida e Corrigida. 4 ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2009.

BROWN, Peter Robert Lamont. **Santo Agostinho, uma biografia**. Trad. Vera Ribeiro. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O Problema do Mal na Polêmica Antimaniquéia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS/ UNICAP, 2002.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Maniqueísmo**: história, filosofia e religião. Petrópolis: Vozes, 2003.

ÉTIENNE, Gilson. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. 2 ed. Trad. Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

FERGUSON, Sinclair, WRIGHT, David. F. **Novo dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009.

GONZALEZ, Justo L. **História do Cristianismo**: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados. 2 ed. Trad. Hans Udo Fuchs, Key Yuasa. São Paulo: Vida Nova, 2011.

OSWALT, Jonh. **The book of Isaiah: Chapters: 40-66**. Michigan, USA: Wm. B Eerdmans Publishing Co, 1998.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990.

RUBIO, Fernando Bermejo. **El Maniqueísmo: estudio introductorio**. Madrid: Trotta, 2008.

TARDIEU, Michel. **Manichaeism**. Translated from the French by M. B. DeBevoise. Chicago, USA: University of Illinois Press, 2008.